

História e literatura: notas para um diálogo

ANA SANTANA SOUZA
UNP/IFESP

Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre as aproximações entre as áreas história e literatura, considerando dois aspectos. No primeiro deles, a história é parte integrante do conteúdo literário, fornecendo-lhe elementos temáticos. No segundo aspecto, a historiografia é o registro dos processos históricos produtores de obras e autores no período das publicações e em suas manifestações posteriores. O diálogo entre as áreas é, às vezes, tenso. Porém, a historiografia, atenta aos produtos literários de grupos sociais menos favorecidos pode contribuir com a revisão do cânone literário, tornando-o menos excludente.

Palavras chaves

História; Literatura; Cânone

Abstract

This work tries to points out a few connections between history and literature, considering two co-related aspects. The first one observes history as a part of the literary content, as a source of themes. The second aspect sees historiography as a register of historical process as it produces works and authors, noting when they publish their work and the different results of such publishing. Following the dialogue between these two areas is sometimes tense, but when historiography focuses in literary products that come out from minority groups, may contribute to review the literary canon, in order to make it less excluding. This is, perhaps, the main concern of this article.

Key words

History. Literature. Canon.

A história e a literatura são áreas que, quando se encontram, produzem diálogos ora tensos, ora tranquilos, mas sempre instigantes. De um modo ou de outro, contudo, não se pode

desconsiderá-los. Seja como constituinte temático, em que o sujeito, individualizado ou em sociedade, é componente do conteúdo de uma obra, sendo, portanto, necessário o uso do campo disciplinar da história para explicar esta ocorrência; seja para produção da historiografia do mundo da literatura, isto é, a compreensão dos processos históricos produtores de obras e autores no período das publicações e em suas manifestações posteriores. Neste artigo, faremos uma reflexão sobre aproximações entre as duas áreas, enfatizando o papel da historiografia na disseminação do cânone literário estabelecido culturalmente ou em outras eleições menos excludente.

1. História literária: prestígio e declínio

A história literária desfrutou de elevando prestígio de finais do século XVIII até, pelo menos, a época de Gustave Lanson, autor de *Histoire de La Littérature Française* (1894). Entretanto, enquanto vigorou a crítica textualista, que se orientava por uma linha imanentista, isto é, voltada para o texto em detrimento do contexto, a história literária declinou. O formalismo russo, o estruturalismo, como também outras correntes críticas de mesma orientação direcionaram sua abordagem para elementos internos da obra, privilegiando o aqui e agora do texto, descartando ou minimizando o interesse por aspectos exteriores como a época e o lugar da produção literária e a biografia do autor.

A rejeição à abordagem histórica da literatura se justificava pela convicção de que o sentido da obra estava nela mesma e não na sua relação com o mundo real. Roland Barthes, em 1968, em ensaio intitulado *A morte do autor*, criticava os manuais de história literária, nos quais ainda reinava a biografia dos autores, procurando juntar a pessoa e a obra na tentativa de decifrar os significados do texto:

O Autor, quando se crê nele, é sempre concebido como o passado de seu livro; o livro e o autor colocam-se por si mesmos numa mesma linha, distribuída como um antes e um depois [...]. Pelo contrário, o escritor moderno nasce ao mesmo tempo que seu texto [...] outro tempo não há senão o da enunciação, e todo texto é escrito eternamente *aqui e agora*. (BARTHES, 2004, p. 61)

Como se pode ver, é a época do primado da linguagem e da autonomia da literatura. Para Barthes, na escritura se perde toda identidade, começando pela do corpo que escreve. Não existe outro tempo fora do tempo presente da leitura.

Segundo Barthes (2004, p. 64), “o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor”. Mas, para o crítico, o leitor é também um homem sem história, sem biografia, sem psicologia. O que se percebe, portanto, é o declínio da importância da história para a análise literária. É o divórcio entre o texto e o contexto.

Na tradição cronológica da história da literatura, as obras ou eram devedoras do passado, isto é, os antigos eram os mestres dos novos escritores, ou as obras posteriores, apresentadas numa progressão, superavam as anteriores. A cronologia não dava conta da complexidade literária. Um Dante, por exemplo, em sua *Divina Comédia*, tomou Virgílio como guia, um mestre. Entretanto, é a obra de Dante que difunde a de Virgílio, fazendo com que o autor de *Eneida*, que lhe era precursor, se tornasse mais conhecido.

O critério cronológico tornou datada a própria história literária, ou, por outras palavras, decretou seu fim. Com isso, tornou-se necessário que a disciplina acompanhasse as transformações pelas quais passava a crítica literária. Hans Robert Jauss, em 1967, no texto intitulado *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*, constatava a decadência do gênero e propunha sua reabilitação em novas bases. Para Jaus, é na dimensão do leitor que se encontra a base metodológica para a verificação tanto do valor estético de um texto quanto do seu nexa na história. O valor estético é medido pelos primeiros leitores de uma obra que a compara com outras e adquire novo parâmetro para avaliar esteticamente obras futuras. Leitores posteriores acrescentariam novas leituras, repetindo o procedimento. O estudo das sucessivas recepções do texto daria o significado histórico e o valor estético dos textos. (JAUSS, 1994)

No contexto local, quando se trata de história da literatura brasileira, muitos nomes são citados. Entre eles constam Sílvio Romero, José Veríssimo, Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, José Aderaldo Castello, Antônio Cândido, entre outros. Muitas gerações se informaram sobre obras literárias nacionais e seus autores estudando os volumes dos escritores acima citados. Independentemente do método adotado por cada um, há, entre eles, certamente, uma linha que os conecta em dois pontos: o sentido de nação e a intenção de formular um quadro do passado literário.

Em todos os autores citados, há a preocupação de apresentar as obras fundamentais da literatura nacional, aquelas que representariam a identidade literária da nação brasileira. Entretanto, entre os primeiros historiadores,

influenciados por Almeida Garrett, autor de *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa (1826)*, havia a compreensão de que as produções literárias dos brasileiros pertenciam à literatura de Portugal. De acordo com Coutinho (1968), em *A tradição afortunada*¹, o critério garrettiano “tornou-se doutrina pacífica entre muitos críticos e deu lugar a que se estereotipasse um modelo de antologia, sobretudo para uso escolar, em que as produções literárias portuguesas e brasileiras eram apresentadas de mistura” (COUTINHO, 1968, p.21).

A reação contra esse critério lusófilo foi iniciada por estrangeiros, sobretudo Ferdinand Denis (*Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, 1826), seguidos por brasileiros como Domingos Gonçalves de Magalhães, autor de *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil* (1836), entre outros. Mais tarde, Ferdinand Wolf, na obra *Histoire de la littérature brésilienne* (1863), estuda a evolução da literatura brasileira desde os tempos coloniais, considerando-a autônoma.

Desde Gonçalves de Magalhães, a grande parte dos historiadores da literatura apresenta as obras dentro de uma divisão de períodos literários (Quinhentismo, Barroco, Arcadismo etc.) com datas marcando o início e o fim de cada um deles. Fim que coincide com a data do lançamento de uma obra renovadora, marco inicial de um outro período.

Os períodos, geralmente, estão distribuídos em duas eras: uma colonial e uma nacional. Alguns historiadores preferem uma divisão tríplice. Vejamos os nomes dados aos três períodos: 1º: Fase de formação, Período de formação, Período colonial, Época de formação; 2º: Fase de desenvolvimento, Estádio de transição, Período de transformação, Época de transformação; 3º: Reforma, Período nacional, Período autonômico, Época de transformação autonômica.

Independentemente de ser dupla ou tríplice, percebe-se a orientação para uma divisão que considera uma fase da literatura filiada à metrópole e outra de superação, independência da colônia, relacionada à questão da nacionalidade da literatura.

A preocupação com o estabelecimento do nacional na literatura levou críticos como Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820-1891) a defender que a literatura é nacional quando reflete o clima e a natureza local. Para Sílvio Romero, (1851-1914), que compreendia a literatura como uma expressão da

¹ As referências dos autores do século XIX que aparecem neste trabalho e não constam das referências finais foram retiradas dessa obra de Afrânio Coutinho.

cultura de um povo, a nacionalidade da literatura brasileira está naquilo que ela reflete do caráter mestiço da civilização brasileira. De acordo com Araripe Júnior (1848-1911), a adaptação do colono ao meio, fez surgir um novo homem. Essa particularidade distinguia a sociedade brasileira e, portanto, sua literatura. Os historiadores desse período seguiam uma orientação positivista e, conseqüentemente, realista-naturalista que abordava a literatura na sua relação com o social.

Machado de Assis, em 1872, no ensaio *Instinto de nacionalidade*, reconhece a necessidade de a literatura nacional adquirir certa cor local para tornar-se independente. Por outro lado, considera excessivos certos nacionalismos que só reconhecem espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, o que limitaria a nossa literatura. Para o autor, não há incompatibilidade ou conflito entre universalidade e nacionalidade. O que torna o escritor representante autêntico de sua nacionalidade não está fora dele, nas paisagens que descreve ou nos temas tratados:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região, mas não estabeleçam as doutrinas tão abstratas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (ASSIS, 1997, p.804).

Machado condena o extremismo que empobrece. Os assuntos e paisagens locais devem alimentar o escritor, mas o “sentimento íntimo” é o que o filia à determinada nação. Reações, palavras, pensamentos e sentimentos refletem o espírito nacional de quem escreve.

No século XX, ocorre uma renovação da história da literatura. Reduziremos nossa abordagem a três autores que consideramos mais conhecidos nos estudos sobre literatura brasileira: Afrânio Coutinho, Antônio Cândido e Alfredo Bosi.

No primeiro, a história literária dos estilos e obras substitui a história literária das nações e autores típica do século anterior. Contudo, o nacionalismo permanece, pois Coutinho, nos seis volumes de *A literatura no Brasil* (1955-1959), mesmo opondo seu método ao de Sílvio Romero, anunciando uma história balizada pelo critério estético, focaliza, no entanto, a especificidade do modo brasileiro de realizar os estilos de época. Desse modo, o estético confunde-se com o nacional.

Antônio Cândido, em *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (1981), distingue manifestações literárias de literatura propriamente dita, pois esta só se realiza quando existe um sistema articulado por autor-obra-público em interação dinâmica e estabelecendo ou dando continuidade a uma tradição. É isso que dá à produção literária o caráter de atividade permanente, associada a outros aspectos da cultura.

A visão de Cândido diverge da historiografia tradicional, porque entende a literatura como atividade regular na sociedade, não como expressão de algum sentimento nacional, por isso o seu objetivo foi estudar os períodos que a seu ver foram decisivos para a formação do sistema literário nacional: Arcadismo e Romantismo. O autor explica a divisão que deu aos períodos da literatura brasileira:

[...] a brasileira não nasce, é claro, mas se configura no decorrer do século XVIII, encorpando o processo formativo, que vinha de antes e continua depois. Foi este o pressuposto geral do livro, no que toca ao problema da divisão de períodos. Procurei verificá-lo através das obras dos escritores, postas em absoluto primeiro plano, desde o meado daquele século até o momento em que a nossa literatura aparece integrada, articulada com a sociedade, pesando e fazendo sentir a sua presença, isto é, no último quartel do século XIX. (CÂNDIDO, 1981, p. 16)

Desde Anchieta no século XVI, muitos textos importantes foram produzidos. No entanto, são, de acordo com Cândido, obras isoladas. Somente a partir de meados do século XVIII, começa a ser possível falar do esboço de uma literatura propriamente dita. A partir do Arcadismo e do Romantismo, a literatura deixou de ser uma simples ocorrência de textos passando a constituir uma instituição. Textos importantes como os de Gregório de Matos (no século XVII) são, para o autor, exemplo de manifestação literária e não de sistema literário porque não compõem uma tradição.

História concisa da literatura brasileira, de Alfredo Bosi, está entre as sínteses de história da literatura mais conhecidas dos professores de literatura. Publicada pela primeira vez em 1970, a obra já tem mais de 40 edições. Como o próprio título sugere, a obra não se detém em análise mais aprofundada dos textos literários, além disso, não traz uma introdução teórico-metodológica, explicando qual será o caminho percorrido pelo autor. Entretanto, no primeiro capítulo podemos perceber que Bosi seguirá o "complexo colonial de vida e pensamento", caminho que ele retomará em *Dialética da colonização* (1992). O

autor ancora suas idéias no reconhecimento da dependência cultural e na superação dessa dependência.

Em todo caso, a história da literatura e a crítica têm estado mais próximas, o que favorece uma revisão tanto de uma como de outra, pois a crítica deixou de ser meramente formalista, voltada para os aspectos internos da obra, e a historiografia tem se voltado para esses aspectos, ressaltando a relação entre literatura e sociedade, sem perder de vista a individualidade criadora do artista que não é apenas um produto de uma sociedade numa determinada época. Como afirma Compagnon,

a crítica do historicismo não nos deve impedir de tentar penetrar, por pouco que seja, as mentalidades antigas e de nos submetermos às suas normas. Pode-se estudar o quadro e o ambiente da obra - seu contexto e seus antecedentes - sem considerá-los como causas, mas apenas condições. Pode-se, sem ambição determinista, falar simplesmente de correlações entre os contextos, os antecedentes e a obra, sem se privar de nada que possa contribuir para uma melhor compreensão da mesma. (COMPAGNON, 2003, p. 204)

A relação entre literatura e história, texto e contexto, é conturbada. Mesmo assim, cada vez mais, desde que o texto deixou de ser visto apenas nos seus aspectos formais, a sociedade passou a fazer parte do quadro dialogal da literatura. Essa proximidade não é mimética, isto é, não se trata de ver a obra como uma cópia do real, mas de perceber a correlação entre a palavra e a sociedade que a pronuncia.

2. Literatura e sociedade

Quando se fala em literatura e sociedade é quase inevitável desprezar a relação entre literatura e realidade. Essa relação é, desde a *Poética* de Aristóteles, como se sabe, conhecida como *mimêsis*. A literatura, para Aristóteles, é representação do real, tendo que atender, portanto, ao princípio da verossimilhança, isto é, deve ter uma coerência tal que pareça real. Isso era tão importante para o filósofo grego que é, em sua *Poética*, um critério para considerar como gêneros maiores a epopéia e a tragédia, gêneros da narração ou da representação das ações humanas.

Essa compreensão da literatura como representação do real foi adotada e contestada. Adotada pela crítica positivista que embasava as histórias da

literatura do século XIX ou pela crítica de inspiração marxista, que, defendendo, na sua versão mais radical, uma teoria do reflexo, entende que a literatura é um espelho da realidade social. A contestação veio das correntes críticas com foco na imanência do texto, como *New criticism*, Formalismo Russo e Estruturalismo. Para esse tipo de crítica, o mundo é o próprio texto, sendo, outros textos, portanto, sua referência ou sua realidade. O mundo visto assim não passa de uma realidade virtual. É a teoria da intertextualidade, de Julia Kristeva, que, apesar de surgir do conceito de dialogismo de Bakhtin, foi concebida com uma diferença: a intertextualidade se dá entre textos, mantendo assim a exclusão do contexto; o dialogismo apresenta uma abertura para o tecido social, é a condição do discurso, a interação de várias vozes sociais. (COMPAGNON, 2003)

O traçado atual da relação entre literatura e sociedade começou a ser delineado no final dos anos 1950. Em 1957, o francês Roland Barthes publica *Mitologias* em que analisa diversos objetos culturais como, por exemplo, luta livre e propaganda. O crítico tinha a intenção de demonstrar como, na verdade, era cultural o que parecia natural. Em 1958, Raymond Williams publica *Cultura e sociedade*, procurando recuperar uma cultura operária popular que estava esquecida porque a cultura era identificada com alta literatura. É o surgimento do que mais tarde ficaria conhecido como Estudos Culturais, campo da pesquisa acadêmica que procura situar os produtos culturais em relação às estruturas sociais.

Embora haja diferenças nas perspectivas de Barthes e Williams, ambas foram decisivas na retomada do entendimento da literatura como um efeito de *mimêsis* ou, pelo menos, como não completamente autônoma do tecido social. Um espelho da realidade, mas não tão fiel a ela.

Uma das críticas que se faz aos Estudos Culturais é que estes, ao refazerem os laços entre literatura e sociedade, oferecem o risco de sobrepor o social ao literário a ponto de negar à literatura qualquer forma de autonomia. Além disso, existe, entre os defensores da alta literatura, o temor de se relegar ao esquecimento as grandes obras da humanidade, fundamentais para a formação do sujeito.

De qualquer forma, os Estudos Culturais, associados às idéias pós-estruturalistas, operaram uma transformação nos estudos literários. A partir de uma concepção de cultura como fenômeno fabricado, surgiram nas décadas de 1980 e 1990, influenciados principalmente pelas teorias de Foucault, o Novo

Historicismo e o Materialismo Cultural. Nascidos, respectivamente, nos Estados Unidos e na Inglaterra, as duas tendências críticas, com algumas pequenas diferenças, concentram-se na construção da identidade e nos discursos como forma de poder. Investiga-se como, na literatura, se consolida uma posição ideológica, a subversão a ela e as formas de repressão à resistência.

No Brasil, o crítico mais citado quando o assunto é literatura e sociedade é Antônio Cândido, autor de *Literatura e sociedade* (2000). A primeira edição da obra é de 1965. No prefácio à terceira edição, o autor declara que nos artigos publicados está formulado um problema fundamental da análise literária: “averiguar como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto de ela poder ser estudada em si mesma” (CÂNDIDO, 2000, p. 1). Percebe-se de entrada que o crítico procura uma síntese entre a defesa da total autonomia da literatura e sua dependência da realidade social. No capítulo introdutório, depois de reavaliar o vínculo entre a obra e o ambiente sócio-histórico e declarar que “a análise estética precede considerações de outra ordem”, o autor faz uma síntese das posições sobre a relação entre a literatura e a sociedade, concluindo:

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. (CÂNDIDO, 2000, p. 6)

Para Cândido, portanto, a análise da obra não pode desprezar nem o texto (sua forma) nem o contexto (sua matéria). De fato, essa será a posição do autor que procurará explicar, ainda que de modo pouco claro, como o dado externo faz parte da estrutura da obra, tornando-se interna. Desse modo, no estudo da literatura, repetimos, “a análise estética precede considerações de outra ordem” porque o caráter sociológico do estudo não estará limitado a apontar na obra as indicações de lugares, modas, usos e tudo que fizer alusão a um grupo ou classe. Isso seria apenas tomar o social como referente e a obra como a expressão de uma época ou de uma determinada sociedade, perdendo de vista a individualidade criativa do artista. Trata-se de empreender uma investigação de

como o social participa não apenas do assunto da obra, mas de como sua própria organização corresponde a um determinado modelo social.

A interdependência entre a literatura e a sociedade é defendida por Alfredo Bosi em obra de 2002, *Literatura e resistência*, em que o autor defende um historicismo renovado, que não seja nem nacionalista romântico, que elege um cânone apenas pelo critério da identidade nacional, isto é, elege obras cuja temática verse sobre temas brasileiros; e nem determinista, em que a literatura é posta apenas como um produto do meio, refém das condições sociais em que foi criada.

O entendimento de que literatura, sociedade e história estão interligados promoveu uma abertura dos estudos literários. Muitos acontecimentos concorreram para mudanças na própria história da literatura. O pós-modernismo, o pós-estruturalismo - que preconizavam o fim das metanarrativas - e a criação dos estudos culturais, na Inglaterra e nos Estados Unidos, foram algumas das movimentações que provocaram transformações. O eixo narrativo voltou-se também para o micro, para as narrativas dos excluídos, dos silenciados. É o reconhecimento do multiculturalismo que toma conta também de objetos culturais como a propaganda. A partir de então, a disciplina História, assumindo-se cada vez mais como narrativa construída socialmente, e não como a própria realidade, é marcada pela heterogeneidade dos discursos, como detectou Compagnon, em o *Demônio da teoria* (2003, p. 222):

A história dos historiadores não é mais uma nem unificada, mas se compõe de uma multiplicidade de histórias parciais, de cronologias heterogêneas e de relatos contraditórios. [...] A história é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado; seu texto faz parte da literatura.

Desse modo, a história da literatura, caracterizada pela fragmentação e multiplicidade, não será a história das grandes obras do passado, síntese de períodos literários. Tem-se uma nova história, menos diacrônica e mais sincrônica, o passado apreendido e construído pelos valores do presente e este em constante reformulação. A abordagem sincrônica não considera a sequência temporal linear que funda os estudos de fontes e influências em que as obras posteriores têm uma dívida com as anteriores, lugar da origem, o pai de uma geração. Por outro lado, a abordagem sincrônica não situa o novo no que vem

depois apenas por um critério de sucessão. O novo não está necessariamente no filho.

Na perspectiva sincrônica, os objetos culturais, principalmente os literários, são vistos na sua mobilidade. A obra literária não é um acontecimento que ficou no passado, ela dialoga com a cultura que a recebe. Essa cultura produz novos objetos e estes alteram a tradição, impõem-lhe uma leitura diferente, assim como a tradição fornece elementos para a compreensão do contemporâneo. Todas essas mudanças provocam, obrigatoriamente, um questionamento sobre o cânone literário estabelecido sobre o qual a historiografia literária costuma incidir.

3. A questão do cânone

Originalmente, o termo cânone designa o conjunto de livros definitivos da Bíblia cristã. Por extensão, o cânone literário é o conjunto de obras definitivas da humanidade, aquelas consideradas clássicas ou obras-primas porque trata de valores humanos essenciais, devendo, por isso, serem estudadas e transmitidas de geração em geração. Desse modo, o leitor é formado, geralmente, por produções indicadas por professores ou outros leitores mais experientes, e estes, por sua vez, se orientaram por listas elaboradas pela tradição crítica. Esta, sendo um elemento histórico, constrói o seu cânone segundo as circunstâncias teóricas, estéticas e históricas de sua época, cujas limitações podem contribuir para a exclusão de obras importantes, seja do ponto de vista formal, porque os valores literários variam no tempo, seja do ponto de vista do conteúdo, porque, comumente, a visibilidade de uma obra depende do local de sua produção. Quanto mais próxima dos grandes centros, mais fácil de ser notada. Sendo assim, o cânone é excludente não apenas por valores literários, mas também por valores econômicos e sociais. De acordo com Flávio Kothe,

Não se pode mais escrever ingenuamente uma historiografia só a partir da perspectiva dos textos canonizados. É preciso reler neles a exclusão, lê-los como exclusão, como agentes de exclusão. Isso lhes é constitutivo, intrínseco, não um acréscimo forçado. Ignorá-lo seria ignorar a natureza do cânone. Práticas presentes nos subterrâneos da vida literária lançam luzes nas sombras do passado. (KOTHE,1997, p. 89)

Vê-se que, para o autor, a historiografia não determina o cânone. Ao contrário, tradicionalmente tem sido determinada por esse. O autor propõe um

novo modo de se escrever a historiografia literária: a partir da perspectiva do excluído. O autor inclui nesta categoria, como se pode verificar em outros momentos do livro *O cânone colonial* (1997), do qual temos citado Kothe, a literatura oral ou escrita, do índio, do negro, dos imigrantes, etc.

Para Kothe (1997), a exclusão é típica do cânone que consagra os eleitos e exclui os oprimidos. Mas o autor coloca ainda outras questões polêmicas:

O silêncio dos oprimidos faz-se pela fala dos consagrados no cânone; não só se auratizam textos que não têm densidade nem qualidade poética: a injustiça é a lei permanente do poder. Consagra-se a crítica e a historiografia que consagra aqueles que convêm ao sistema dominante que sejam consagrados. Os outros, independentemente de coerência ou talento, são expulsos, desacreditados, silenciados. (KOTHE, 1997, p. 79).

O autor nos coloca diante de questões difíceis. O que seria qualidade poética? Com que critérios o autor está julgando a qualidade dos textos? O que é literatura? Talvez fosse o caso de trocarmos a última pergunta, como sugere Compagnon (2003, p. 30)² por “quando é literatura?”. Essa substituição, certamente, leva em conta o contexto no qual a obra está inserida por ocasião de sua recepção. Como os critérios valorativos são mutáveis no tempo, isso implicaria dizer que o cânone não é estático. Outra questão que as afirmações de Kothe (1997) nos colocam é quem consagra quem. Antes o pesquisador afirmava que a historiografia tradicional era escrita a partir de textos canonizados. Depois, ou antes, se pensarmos na seqüência das páginas citadas e não na ordem que estão apresentadas aqui, afirma que a “historiografia consagra aqueles que convêm ao sistema dominante”. Parece a clássica questão do ovo e da galinha. Quem nasceu primeiro? De qualquer forma, para Kothe a historiografia é culpada. Mas também essa não mereceria uma contextualização?

A proposta de Kothe (1997) se resume na avaliação política da obra:

Textos literários podem às vezes não ter grande qualidade estética, contudo serem sintomáticos para o deciframento crítico, merecendo, portanto, uma atenção que eles esteticamente (“em si”) não mereceriam; amplia-se e reduz-se o campo textual a ser considerado, sem cair na interpretação auratizante

² Em *O demônio da teoria* (2003), discutindo sobre o que é literatura, Compagnon toma de empréstimo a proposta de Nelson Goodman de substituir a pergunta “O que é arte?” por “Quando é arte?”. O autor considera que a substituição colocaria a abordagem do objeto literário sob dois pontos de vista que para ele são “igualmente legítimos”: o ponto de vista contextual (histórico, psicológico, sociológico, institucional) e o ponto de vista textual (lingüístico). Isto é, o texto como documento e o texto como arte da linguagem.

que o cânone costuma fazer. Não se pode resolver o todo, mas, por intermédio do deciframento de indícios sintomáticos e sintomas indicativos, fica registrado o testemunho da consciência crítica. (p.81).

Ao privilegiar um texto, isto é, ao escolhê-lo para seu objeto de estudo, a crítica o canoniza? O que é o cânone afinal? Só fariam parte do cânone aquelas obras analisadas do ponto de vista estético? Talvez caiba aqui contrapormos o pensamento de Kothe ao seu oposto. Para Perrone-Moisés (1998), são posições como essa, a exemplo de Kothe, que estrangulam os estudos literários. A culpa seria dos professores de literatura “politicamente corretos” que submetem as análises e a própria indicação dos textos a critérios de raça, gênero e classe, esquecendo o critério estético. Segundo a autora, por causa disso, a literatura tende a desaparecer como disciplina autônoma integrando-se nos estudos culturais, podendo acontecer o que já ocorre nos Estados Unidos, “onde os estudos particularistas tomam o lugar de estudos universalistas como a teoria literária e a estética, acusando-os de defender uma ideologia eurocêntrica, elitista e patriarcal”. Isso acontecendo no Brasil, “a abertura ao anteriormente excluído acarretaria a exclusão curricular de grandes áreas do saber” (PERRONE-MOISÉS, 1998. p. 194). A preocupação da autora é que, privilegiando o critério da inclusão social, grandes clássicos da literatura universal sejam excluídos das leituras escolares, suprimindo o estético na formação do leitor, a quem, desse modo, estaria sendo negado o acesso ao conhecimento amplo e irrestrito. A autora se refere aos Estudos Culturais que – a partir dos anos de 1950 – vem, progressivamente, ampliando os interesses de parte da crítica literária, cujo escopo deixa de ser meramente formal e volta-se, principalmente, para os aspectos sociais da obra. Para críticos como Perrone-Moisés, isso significa a morte dos estudos da forma literária, ou da especificidade literária.

Mas quais são os critérios que determinam o valor estético da peça literária? Existe mesmo uma especificidade do texto literário, uma literariedade, como querem os formalistas russos? Como deve ser a linguagem literária? Difícil e estranha? Diferente da linguagem cotidiana? Se for isso, como considerar literária a linguagem dos modernistas brasileiros Oswald de Andrade e Manoel Bandeira, por exemplo, que, preferencialmente, tomavam como poética a linguagem do cotidiano? Seria literária uma linguagem como a da poesia concreta, por exemplo, que ultrapassa a fronteira da palavra ?

Evidentemente, as obras não podem ser erigidas ao patamar de consagradas apenas porque apresentam uma linguagem estranha, difícil, somente acessível aos iniciados. Entretanto, se “literatura é linguagem carregada de significados” como afirma Ezra Pound (1997, p. 32), desprezar o modo de articulação da língua na análise da obra é aceitar um significado superficial ou incompleto, falso, melhor dizendo.

A obra literária é uma manifestação elaborada da língua, mas, por si só, esse elemento não é suficiente para compreender o fenômeno literário, que também inclui o conteúdo. O valor de uma obra literária não pode ser medido por critérios objetivos, como demonstra Compagnon (2003). Por outro lado, a subjetividade leva ao relativismo absoluto, pelo qual o valor literário depende exclusivamente do gosto individual. Afastando-se desses extremos, o autor defende um relativismo moderado pois “não é possível, sem dúvida, explicar uma racionalidade das hierarquias estéticas, mas isso não impede o estudo racional do movimento dos valores, como fazem a história do gosto ou a estética da recepção” (COMPAGNON, 2003, p. 255)

Pois bem, o estudo dos movimentos dos valores tem revelado que na tradição historiográfica, as produções de determinados setores da sociedade têm sido excluídas. De acordo com Zolin:

Historicamente, o cânone literário, tido como um perene e exemplar conjunto de obras-primas representativas de determinada cultura local, sempre foi constituído pelo homem ocidental, branco, de classe média/alta; portanto, regulado por uma ideologia que exclui os escritos das mulheres, das etnias não brancas, das chamadas minorias sexuais, dos segmentos sociais menos favorecidos etc. (ZOLIN, 2005, p. 275)

Como vimos, não se pode garantir que essa exclusão se dá exclusivamente por critérios literários, pois que esses não se sustentam porque não tem uma base objetiva, isto é, o valor literário não está na obra em si. Mesmo assim, as preferências individuais se tornam normas por intermédio de instituições como a escola que, por sua vez, reproduz os manuais de história da literatura.

Encaminhando a discussão para um encerramento (não para uma conclusão), retomamos o caminho que percorremos neste artigo. Procuramos demonstrar dois modos de relação entre a história e a literatura. Uma extrínseca, em que a literatura, em seus acontecimentos e obras principais, é sistematizada pela historiografia e outra intrínseca em que o texto literário dialoga com a sociedade, cuja história é tematizada na obra. Enquanto a crítica

reconhece a proximidade entre as duas áreas, a história da literatura experimentou um prestígio, quando, ao contrário, as correntes textualistas negaram o contexto da obra, a história da literatura sofreu um declínio. Ainda assim, a historiografia da literatura é um elemento importante na manutenção do cânone, uma vez que historia as obras consideradas fundamentais.

Que a história é um componente importante da literatura, tanto para a concepção como para a compreensão da obra literária que é texto e contexto, forma e conteúdo, isso é dado inegável. Sendo assim, uma nova historiografia literária, atenta às relações entre a literatura e a sociedade, às representações textuais dos contextos, poderá questionar o cânone e de modo menos excludente, orientar um outro tipo de escolarização da literatura em que a formação leitora possa se dar também pela produção dos setores excluídos. Não se trata de confundir o campo da historiografia com o da crítica literária, mas de, associadas, os interesses de uma e de outra irem além do cânone. Assim, certamente, o debate sobre o literário e sua disseminação será ainda mais profícuo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. Instinto de Nacionalidade. In: _____. Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p. 801 a 809.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____ O rumor da língua. Tradução Mário Laranjeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57-64.

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 36^a ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Literatura e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. 6^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.I.

_____. Literatura e sociedade. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice P. B. Mourão, Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

COUTINHO, Afrânio. A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. (Coleção documentos brasileiros).

JAUSS, H.R. A história da literatura como provocação à teoria literária. São Paulo: Ática, 1994.

KOTHE, Flávio René. Cânone e valor. In: _____.O cânone colonial: ensaio. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. p. 103-140.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POUND, Ezra Pound. ABC da literatura. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1997.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e sociedade. São Paulo: Nacional, 1969.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia O. (org.) Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2 ed. Maringá: Eduern, 2005. p. 275-283.